

CEDI - P. I. B.
DATA 30/05/94
COD. B1D00019

CANADÁ
BRASIL
DOIS PAÍSES, UM ESPÍRITO
MOSTRA FOTOGRÁFICA

1 9 9 4

Produzido pela

Divisão Cultural e de Imprensa
Embaixada do Canadá

Coordenação Geral de Assuntos Externos
Fundação Nacional do Índio

Embaixador
William Dymond

Presidente da FUNAI
Dinarte Nobre de Medeiro

Edição

Olimpio Cruz Neto

Texto "O Índio Brasileiro"

Maurício de Carvalho

Revisão

Antônio Netto

Editoração Eletrônica

Jaci Brandão

APRESENTAÇÃO

A Embaixada do Canadá e a Fundação Nacional do Índio - FUNAI se uniram para juntas homenagearem as populações indígenas dos dois países com a mostra fotográfica CANADÁ - BRASIL: DOIS PAÍSES, UM ESPÍRITO.

Neste evento, que se realizará durante as comemorações do Dia do Índio em algumas capitais brasileiras, nos meses de abril, maio e junho, serão traçados paralelos culturais entre os índios canadenses e brasileiros.

São 46 painéis fotográficos e seis produções em vídeo retratando a forma de vida desses indígenas, que apesar de distantes geograficamente têm muito em comum.

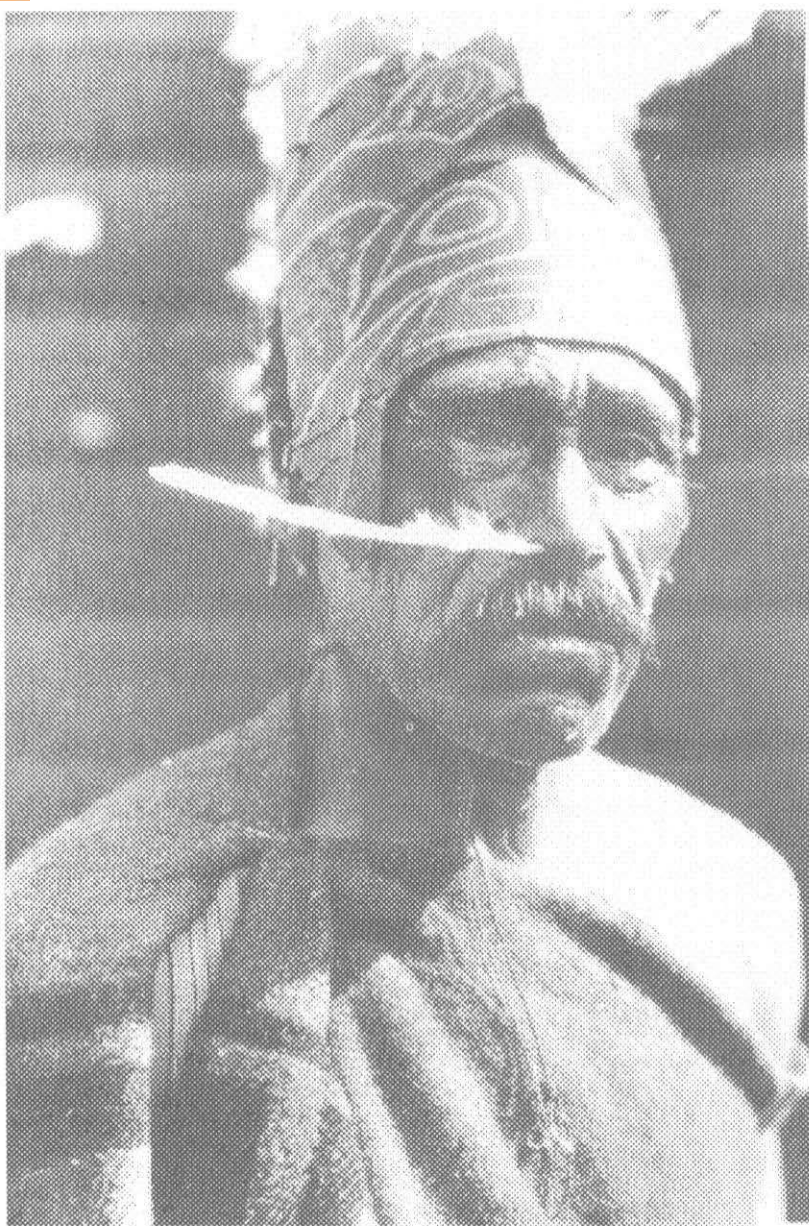


Foto de Asahel Curtis

OS ÍNDIOS DO CANADÁ DE HOJE

Quando os exploradores europeus chegaram pela primeira vez à América do Norte, a população índia do território que é atualmente o Canadá totalizava aproximadamente 200.000 pessoas. Os índios moravam em pequenas comunidades e viviam da caça, da pesca e da agricultura. Hoje em dia, a população índia do Canadá chega a cerca de 440.000 indivíduos. Esta cifra não inclui os índios que, por vontade própria, desistiram de seu *status* registrado de índio, as mulheres índias que se casaram com brancos, nem os *metis* - pessoas mestiças descendentes de índios e europeus. Embora alguns ainda sejam caçadores nômades, a maioria dos índios de hoje são operários da construção civil, vaqueiros, comerciantes, ou exercem profissões liberais mais categorizadas.

Com a chegada dos europeus, o estilo de vida do índio mudou gradualmente. Durante os primeiros dois séculos da presença européia no Canadá, as relações entre os índios e os europeus tinham dois aspectos característicos - um econômico e outro militar. Os índios forneciam recursos tais como alimentos e peles aos europeus

e, em troca, consumiam artigos produzidos na Europa. Esses artigos, especialmente os de tipos tecnológico, eram muito procurados pelos nativos. Os europeus e os índios consideravam-se reciprocamente tanto como aliados potenciais quanto como inimigos potenciais, mas, até começar o verdadeiro povoamento pelos ingleses e franceses, o relacionamento permaneceu mais ou menos em termos de igualdade. Os europeus continuaram a depender dos nativos e sentiam-se satisfeitos comercializando com as diversas tribos, negociando pactos de paz para evitar ataques índios aos postos avançados europeus e recrutando nativos para combater ao lado dos norte-americanos nas guerras européias. Mas, com a onda de colonização, a determinação da supremacia européia sobre os nativos começou realmente. A superioridade tecnológica, usada tanto como força coercitiva quanto como um meio para aumentar a dependência material do índio, garantia a supremacia dos brancos.

Embora a sua origem seja incerta, acredita-se que os índios chegaram ao Canadá da Ásia setentrional através do Estreito de Behring.

No Canadá existem 52 línguas ou dialetos índios que pertencem a dez grupos lingüísticos principais: o *algonquino*, o *iroquês*, o *sioux*, o *atapasca*, o *kootenay*, o *salish*, o *wakash*, o *tsimish*, o *haida* e o *lingit*. Os índios de origem algonquina são os mais numerosos, ocupando esparsamente uma área que se estende de oceano Atlântico até as Montanhas Rochosas. Inicialmente viviam da terra, de maneiras tão variadas como variado é próprio país. No litoral atlântico eles viviam da caça. Na bacia do São Lourenço, entretanto, as economias e as culturas dos dois principais grupos tribais diferiam muito. Os iroqueses pertenciam ao único grupo aborígene no Canadá que tinha desenvolvido técnicas agrícolas, enquanto que os algonquinos viviam da caça. Nas vastas regiões das pradarias do ocidente canadense, os índios contavam com o búfalo para suprir muitas de suas necessidades. Os índios da costa do Pacífico eram navegantes e pescadores; seus aparentados do escudo pré-cambriano caçavam e pescavam para se alimentar.

Através de uma cláusula especial do Ato da América Britânica do Norte de 1867, a supervisão dos índios ficou sob a jurisdição do governo federal do Canadá. O governo era responsável pelos tratados de reserva de terras para os índios e a direção em geral dos

assuntos relacionados com os nativos. Nos anos que se seguiram à Confederação, foi concluída uma série de tratados entre o governo federal e os índios. Esses tratados referiam-se à transferência de direitos de posse de terras dos índios para a Coroa. Os termos dos tratados garantiam aos índios receber anualmente pagamentos em dinheiro e gêneros, e reservavam a terra para o uso exclusivo deles. Até o dia de hoje, as terras das reservas índias estão isentas de impostos. Existem cerca de 2.230 reservas no Canadá - 33 por cento das quais estão habitadas - com uma área total aproximada de mais de 2.600.000 hectares.

Como cidadãos do Canadá, os povos índios gozam dos mesmos direitos legais e privilégios dos outros cidadãos canadenses, e assumem também as mesmas responsabilidades. Têm direito, como qualquer cidadão canadense, aos benefícios sociais, de velhice, de previdência e de educação proporcionados pelo governo federal. Os serviços de educação do índio incluem currículos especiais - com disciplinas que tratam especificamente da sua herança cultural e dos seus costumes - residências para estudantes, e assistência financeira para treinamento vocacional, ocupacional e pós-secundário nas escolas e universidades provinciais. Os governos federal e provinciais cooperam para pro-

porcionar serviços educacionais de alto nível aos povoados nativos isolados.

A tradição do governo local está profundamente enraizada na história do índio, e é perpetuada pelos atuais conselhos de confederações índias. Sendo reconhecidos como governos locais, os conselhos são responsáveis perante seus eleitores e administram uma grande quantidade de programas e serviços. Todos os anos, os conselhos índios aplicam uma quantia de mais de 140 milhões de dólares de verba concedida às suas confederações para diversos projetos educacionais, recreativos, sociais e habitacionais. Existem aproximadamente 573 confederações índias no Canadá. Muitas delas percebem uma receita substancial do arrendamento das terras de suas reservas, da venda de madeira, de *royalties* do petróleo e de direitos da exploração de petróleo.

É verdade que atualmente um menor número de índios depende de suas antigas atividades de caça, pesca e caça com armadilhas, mas essas ocupações tradicionais não estão extintas. De fato, estão ficando cada vez melhor organizadas e mais competitivas desde que foram estabelecidas cooperativas para a colheita de arroz silvestre, para a pesca e para serviços turísticos. O artesanato e as belas artes representam ainda um considerável mercado

de trabalho.

O Departamento Federal do Índio e de Assuntos Setentrionais existe para ajudar aos índios a participarem plenamente da vida social e econômica do Canadá. Seus programas não se limitam aos índios que vivem nas reservas. O Departamento também oferece ajuda àqueles que saíram das reservas e não têm direito à assistência previdenciária das comunidades. Cerca de 30 por cento da população índia optou por viver fora das reservas.

O direito dos índios canadenses de gerir seus próprios assuntos é plenamente reconhecido pelo governo federal. O processo através do qual os índios estão se integrando na sociedade canadense é gradativo. Os próprios nativos consideram que essa é a melhor maneira de preservar os aspectos especiais da vida índia e de proteger as suas terras. O governo canadense e os índios trabalham unidos para formular políticas voltadas para o fortalecimento da identidade cultural e constitucional dos nativos, para assegurar a igualdade social, política e educacional dos mesmos e para satisfazer suas necessidades econômicas específicas. Assim, os índios encontrarão os meios adequados para gerir seus próprios recursos no tempo certo.

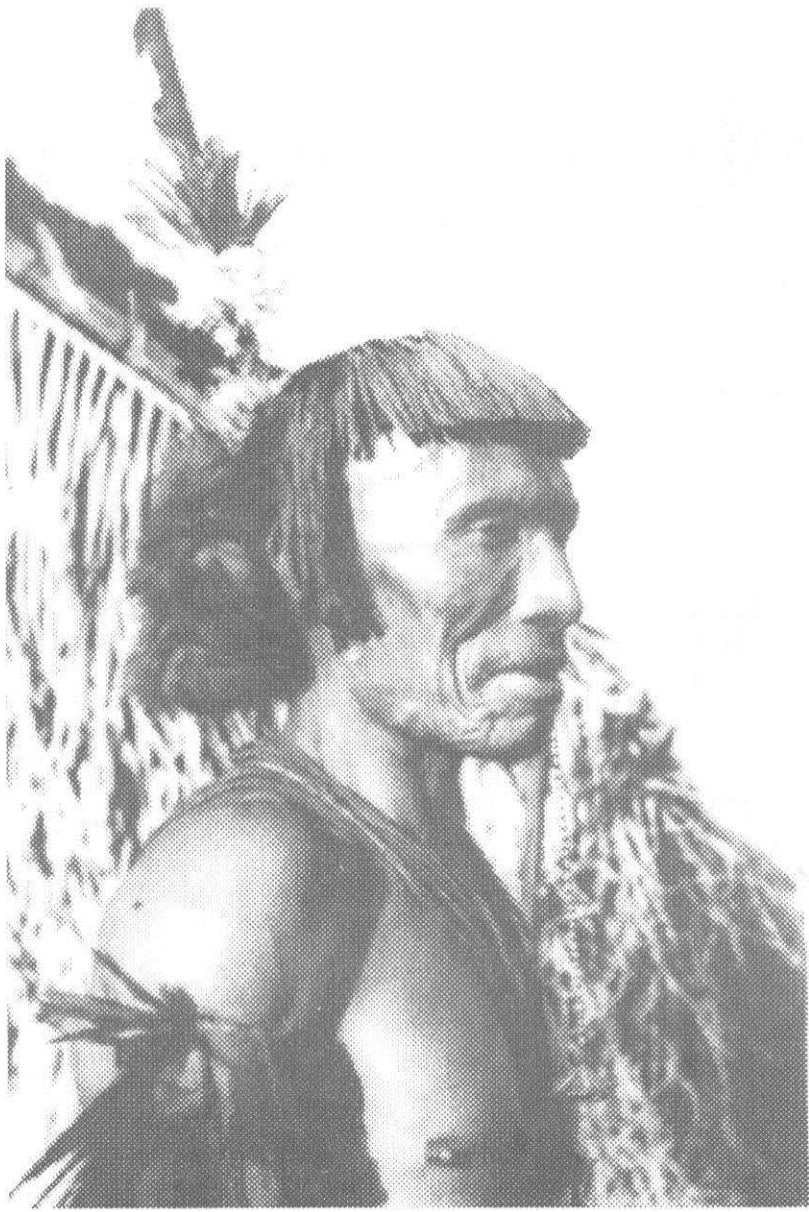


Foto de Heinz Foerthmann

O ÍNDIO BRASILEIRO

Segundo historiadores e antropólogos, quando o português Pedro Álvares Cabral desembarcou em Porto Seguro, viviam no Brasil cerca de 5.000.000 de índios, espalhados por todo o território. Hoje, as comunidades indígenas brasileiras somam 260 mil pessoas, distribuídas em 180 etnias distintas, incluindo-se os grupos que encontram-se isolados da sociedade nacional.

Na chegada dos colonizadores, começou o processo de extermínio gradual dos índios em todo o continente. A moral ético-religiosa européia justificou o massacre colonialista daquela cultura pagã que ninguém entendia. As igrejas cristãs apoiavam os colonizadores e tudo o que se fez com os índios durante a conquista do Novo Mundo. Os selvagens deveriam se deixar catequisar, adotando a religião e os costumes dos brancos e com eles colaborando - voluntariamente ou por escravização ou semi-escravização. Aqueles que se recusassem, deveriam ser exterminados, como pagãos renitentes à conversão ao verdadeiro Deus.

Em 1854, o primeiro governador

geral do Brasil, Thomé de Souza, trouxe de Portugal um Regimento Real que, embora afirmasse que o principal motivo do povoamento do Brasil pelos portugueses era a conversão dos índios ao cristianismo e recomendasse que eles fossem bem tratados, permitia que se fizesse guerra aos que resistissem à conversão. Permitia também que os matassem e, finalmente, que os índios feitos prisioneiros fossem empregados em trabalhos forçados. Daí por diante, uma série de medidas legais contraditórias ora beneficiavam, ora prejudicavam os índios.

Em 1758, as leis promulgadas pelo Marquês de Pombal são regulamentadas por um regimento que reconhecia os índios como livres. Tal regimento ordenava que se restituísse aos índios o uso e gozo de suas terras e bens e, entre outros pontos, retirava dos missionários todo o poder temporal. Criava ainda o cargo de *Diretor dos Índios*, que seria nomeado, em cada cidade, pelos governadores gerais, a fim de orientar os índios para a adoção, sem violência, dos costumes dos «civilizados». O cargo foi suprimido em 1798.

Somente no início deste século, constatou-se que a catequese missionária não havia conseguido, substancialmente, converter os índios, defender seus territórios contra os invasores, nem impedir seu extermínio pelas doenças que os contagiavam. Surge então a idéia de substituí-la por uma ação de assistência e proteção leiga e privativa do Estado.

Em junho de 1910, é criado pelo governo federal o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), órgão incumbido de defender as comunidades indígenas contra o extermínio e a opressão, dando-lhes meios para adotar as artes e indústrias da sociedade brasileira, não cabendo tampouco a iniciativa da catequese. Inaugura-se uma nova linha de política indigenista: os índios passam a ter o direito de viver segundo suas tradições, sem ter de abandoná-las. O SPI faz a proteção aos índios em seus próprios territórios, garantindo a posse coletiva e em caráter inalienável das terras ocupadas pelas comunidades indígenas.

Uma série de providências foram tomadas no sentido de pacificar os índios em conflito com a sociedade. Nesse processo de pacificação, o SPI desenvolveu sua história de meio século. Apesar disso, houve diminuição das tribos por doenças, ocorreram invasões de terras indígenas e o pró-

prio índio continuou a ter seu trabalho explorado.

A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) foi criada em 1967, através da Lei 5.371, substituindo o antigo Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Até 1988, a FUNAI seguiu uma política indigenista pautada na administração, conservação, ampliação e valorização do patrimônio indígena, promoção de estudos e pesquisas, e assistência nas áreas de educação e saúde. O enfoque era dado ao processo gradativo de integração do índio à sociedade nacional. Com a Constituição promulgada em 1988, este quadro mudou. A postura integracionista foi abandonada e o texto constitucional passou a atribuir ao Estado o dever de tratar as populações indígenas de forma diferenciada, respeitando sua diversidade étnica e cultural.

O texto constitucional de 1988 é considerado um avanço e uma conquista dos índios brasileiros. O parágrafo 1º, do artigo 231, assegura que *“são terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e*

Em seu trabalho, a FUNAI tem procurado desenvolver atividades nos mais diversos campos dentro dessa linha, valorizando a cultura indígena e priorizando a demarcação de suas terras. O órgão lida com um universo indígena extremamente diversificado, trabalhando com comunidades em contato permanente com a sociedade nacional, especialmente no nordeste e centro-sul, e grupos de contato recente na Amazônia, ou sem qualquer contato. Existem, atualmente, 40 grupos indígenas em isolamento da sociedade nacional, ainda que vivendo em regiões relativamente próximas. Tem-se notícias de que estes grupos habitam os estados do Amazonas, Roraima, Rondônia, Mato Grosso, Maranhão, Pará, Amapá, Acre e Goiás. As invasões de territórios desses grupos, através de projetos e planos de ocupação e desenvolvimento, empreendimentos feitos pela iniciativa privada, têm atingido diretamente os índios isolados. A política adotada para os índios isolados é, primeiro, localizar os grupos, não buscando o contato inicial. Somente no caso de uma ameaça real à integridade física e cultural dos índios, a FUNAI faz o contato.

A garantia da terra é outro fator básico para a sobrevivência física e cultural dos índios. A posse da terra é

a única forma de garantir a sobrevivência física e cultural dos grupos indígenas no país. Existem no país 532 áreas indígenas, totalizando 909 705,70 km², o equivalente a 11% do território nacional. Por força do artigo 67 das Disposições Constitucionais Transitórias, o governo tinha prazo até o dia 5 de outubro de 1993 para demarcar todas as 532 terras indígenas. O quadro geral hoje da situação das áreas indígenas consta de 266 áreas demarcadas - 462 394,81 km², e 266 áreas a serem demarcadas - 447 310,89 km². Ao todo 198 áreas foram homologadas, enquanto outros 135 territórios aguardam identificação e 72 necessitam de revisão.

Através de recursos próprios, convênios com Organizações Não-Governamentais (ONGs), empresas públicas e o Banco Mundial, a FUNAI está viabilizando a demarcação de 42 áreas nos estados do Mato Grosso, Rondônia, Bahia, Maranhão, Amazonas e Santa Catarina. Outras 47 já foram declaradas pelo Ministério da Justiça e aguardam recursos para o início dos trabalhos.